



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13939 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

FILOSOFIA DA PRÁXIS EM ROSA LUXEMBURGO E AS OCUPAÇÕES DOS SECUNDARISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Ana Maria Stabelini - EDITORA Faculdade de Educação - UNICAMP

Sandra Aparecida Riscal - UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

FILOSOFIA DA *PRÁXIS* EM ROSA LUXEMBURGO E AS OCUPAÇÕES DOS SECUNDARISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise dos conceitos de autogestão e democracia na obra de Rosa Luxemburgo com a finalidade de examinar sua articulação com processos de resistência e de movimentos autogestionários de escolas públicas, redimensionando a concepção de gestão democrática para além dos imperativos institucionais. Rosa Luxemburgo elaborou uma complexa teoria, amparada conceitualmente no materialismo histórico-dialético, considerando como ponto de partida a *práxis* política dos conselhos operários. Trata-se de uma teoria da ação revolucionária, que se propõe a refletir sobre o papel dos conselhos de operários não apenas como órgãos legítimos para o exercício do poder, mas sobretudo como elementos essenciais da formação da consciência revolucionária. Com base nas fundamentações oferecidas pela produção teórica de Rosa Luxemburgo, analisa-se o caráter democrático e auto gestor da experiência do movimento de ocupações das escolas públicas por secundaristas de São Paulo em 2015. Pretende-se, especificamente, investigar a concepção de *práxis* educativa como um dos fundamentos dos conselhos autogestionários na obra de Luxemburgo, de forma a explicitar e compreender em que medida, a análise da concepção de gestão, por meio de conselhos participativos, pode contribuir para a elevação da

consciência política na constituição de uma esfera educativa realmente pública.

Palavras-chave: Rosa Luxemburgo, Filosofia da *práxis*, ocupações secundaristas.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise dos conceitos de autogestão e democracia na obra de Rosa Luxemburgo, com a finalidade de examinar as possibilidades de sua articulação com processos de resistência e de movimentos autogestionários de escolas públicas, redimensionando a concepção de gestão democrática para além dos imperativos institucionais.

Rosa Luxemburgo elaborou uma complexa teoria, amparada conceitualmente no materialismo histórico-dialético, sobre a democracia e a autogestão, considerando como ponto de partida a *práxis* política dos conselhos operários. Trata-se de uma teoria da ação revolucionária, que se propõe a refletir sobre o papel dos conselhos de operários, não apenas como órgãos legítimos para o exercício do poder, mas sobretudo como elementos essenciais da formação da consciência revolucionária.

Considerando-se os objetivos enunciados, desenvolveu-se, uma pesquisa bibliográfica, na qual foram feitos estudos dos temas centrais para a discussão sobre o conceito de autogestão, a partir da leitura de parte da obra de Rosa Luxemburgo. Após as leituras iniciais, procedeu-se à escolha das categorias de análise que foram fundamentais para o trabalho argumentativo.

Essas categorias foram escolhidas com base na verificação de concepções que podem auxiliar na explicitação do conceito de autogestão, presentes na obra de Rosa Luxemburgo. Realizou-se, ainda, a leitura dos estudiosos da obra dessa autora, com o intuito de compreender as diferentes acepções, repercussões, a atualidade de suas ideias e sua contribuição para a discussão proposta.

As concepções de democracia, conselhos e as possibilidades abertas pelas compreensões de Luxemburgo para uma perspectiva democratizante da educação, além de contemplar a filosofia da *práxis*, por meio do estudo das categorias de autogoverno, liberdade e ação política e suas articulações e mediações em sua obra, possibilitou as reflexões e análises do movimento dos secundaristas em São Paulo, as possibilidades de sua contribuição para a elevação da consciência política e participativa, além da constituição de uma esfera educativa realmente pública, frente ao crescente processo de despolitização imposto pelas perspectivas neoliberais.

Pretende-se, neste trabalho, analisar, especificamente, a concepção de *práxis* educativa como um dos fundamentos dos conselhos autogestionários na obra de Luxemburgo, de forma

a explicitar e compreender em que medida, a análise da concepção de gestão, por meio de conselhos participativos, pode contribuir para a elevação da consciência política na constituição de uma esfera educativa realmente pública.

Rosa Luxemburgo: democracia, autogestão e filosofia da *práxis*

Na obra de Rosa Luxemburgo, a concepção de democracia adquire um sentido particular, diferenciando-se da democracia liberal e se aproximando das perspectivas de autogestão, por ser este um elemento que possibilita pensar o socialismo como um sistema que, ao mesmo tempo, elimine a sociedade de classes e a exploração burguesa (ROTOLO, 2006). Rosa Luxemburgo entendia a revolução como um processo de construção de uma forma completamente nova de se relacionar com o mundo público, por esse motivo não poderiam existir modelos prévios.

Assim, não se deve interpretar a concepção política de Luxemburgo, encontrada em seus escritos, como uma receita para uma política sindical ou para a autogestão das fábricas. Seus escritos mostram, acima de tudo, que a separação entre o mundo político e o mundo do trabalho é artificial. Trata-se de um processo de autonomização, que não se encontra em apenas um aspecto ou um só domínio, porque toda a vida do trabalhador é assujeitada ao capitalismo. Todos os domínios da vida estão entrelaçados e por isso é necessário interconectar as lutas que devem se desenvolver não apenas no sindicato e no Parlamento, também nas ruas, na mídia, nas escolas (HAUG, 2016).

Löwy (2015) estabelece uma relação entre a *filosofia da práxis* em Marx e em Rosa Luxemburgo e a sua utilização no campo da educação. Nesse sentido, afirma que, em “*A ideologia alemã*”, Karl Marx formula uma nova teoria: a *filosofia da práxis* – que supera tanto a noção de que são as circunstâncias que devem mudar para promoção da transformação do ser humano, própria dos materialistas franceses, como a noção de que primeiro se transforma o ser humano para depois transformar a sociedade, própria dos idealistas alemães. E afirma, ainda, que a mudança das circunstâncias, da atividade do ser humano ou a mudança de si mesmo, apenas pode ser compreendida enquanto prática revolucionária.

Rosa Luxemburgo é uma teórica marxista que se aproxima como poucos da *filosofia da práxis*. E, por mais que ela não tenha elaborado textos filosóficos, nem teorias sistemáticas “[...]ainda assim, a filosofia da *práxis*, que ela interpreta de maneira original e criativa, é o fio condutor – no sentido elétrico da palavra – de sua obra e de sua ação como revolucionária” (LÖWY, 2015, p. 2).

Rosa Luxemburgo acreditava que a classe trabalhadora aprende com a diversidade de suas experiências, que podem ser incorporadas em uma pluralidade de atividades participativas, como conselhos populares, sindicatos, vários tipos de associações, protestos e resistência. Para ela, não existe uma forma única de organização, porque a luta de classes, no

seu desenvolvimento, implica uma modificação contínua das formas de organização.

Nessa perspectiva, é oportuno destacar que a importância da democracia e participação popular podem também ser encontradas em seu livro, *Reforma, revisionismo e oportunismo* (1975). Neste texto Rosa Luxemburgo ataca o revisionismo de Eduard Bernstein, um dos principais teóricos do Partido Social Democrata alemão e da Segunda Internacional, que após a morte de Engels passou a defender uma revisão completa dos conceitos fundamentais do marxismo.

Nas relações políticas, o desenvolvimento da democracia, na medida em que encontra terreno favorável, conduz à participação de todas as camadas populares na vida política e por consequência, de certo modo, ao “Estado Popular”. Mas isso sob a forma do parlamentarismo burguês, o qual, longe de os suprimir, os antagonismos e a dominação de classe, patenteiam-se, ao contrário, a olhos vistos (LUXEMBURGO, 1975, p. 66).

Em sua crítica, Luxemburgo defende a participação da classe trabalhadora em todos os setores da vida política, contrapondo-se àqueles que defendiam que não seria possível a emancipação da classe operária no âmbito das instituições burguesas.

Tragtenberg (1985) enxergava nos processos de democratização das escolas a possibilidade de emancipação, pois é a democratização da escola que torna a democratização da sociedade possível. Por esse motivo, Rosa Luxemburgo é fundamental para pensarmos tais processos no interior das instituições escolares, pois sua teoria nos ajuda a compreender a importância da luta pela democracia como forma de emancipação.

Consideramos, após essas reflexões, a perspectiva de uma educação política como uma prática para a democracia no espaço escolar. Não pretendemos, com essa afirmação, compreender os conselhos escolares ou as ocupações estudantis como promotores do socialismo, mas antes, movimentos que teriam a potencialidade de implementar um tipo de formação política na prática cotidiana. Em outros termos, destacar a potencialidade da experiência coletiva e instrumento de aprendizado político-democrático na prática de participação.

A ocupação das escolas como *práxis* política

O movimento de ocupação em seu auge contou com aproximadamente 200 escolas ocupadas em todo o estado de São Paulo. Para a articulação e organização das ocupações, os secundaristas sentiram a necessidade de criar um comando das escolas ocupadas, que foi composto por membros de várias escolas e teve como propósito constituir um espaço de articulação independente e horizontal, aberto a todas as ocupações. A criação do comando das escolas ocupadas também foi motivada pela necessidade de unificação para que o movimento pudesse se apresentar publicamente.

A ocupação das escolas pode ser compreendida como uma experiência de autogestão, democracia e *práxis* política, nos moldes pensados por Rosa Luxemburgo, na medida em que, os relatos produzidos no momento da experiência das ocupações e as reflexões posteriores permitem que consideremos que todos esses três elementos se encontravam presentes na ação dos estudantes durante as ocupações.

A autogestão estava presente não apenas na tomada de decisões, mas, também, na organização do trabalho coletivo. Os estudantes secundaristas se organizaram em comissões para cuidar de diversos setores: comida, limpeza, segurança, imprensa, informação e relações externas, como indicava o manual divulgado pelo “O Mal-Educado”, mas também criavam outras comissões de acordo com suas necessidades como, por exemplo, as comissões de organização e recreação para atender a própria demanda da ocupação de suas escolas.

O movimento dos estudantes demonstrou uma compreensão plena da concepção de espaço público, não apenas por meio do processo de gestão coletiva dos equipamentos escolares, mas, essencialmente, pela concepção política de que a escola é pública e que, portanto, deve atender aos interesses de quem nela realiza as suas atividades.

Neste sentido, os secundaristas se apropriaram dos meios necessários para, literalmente, dar uma aula prática sobre um tipo de escola que atenderia às suas necessidades, incluindo a forma de gestão por meio de assembleias, indicando uma perspectiva horizontal de poder na instância decisória.

A *práxis* política constituiu, em uma perspectiva ontológica, importante elemento da atividade formativa contínua durante as ocupações. Nos relatos de diversos estudantes, o aprendizado no dia a dia das ocupações, uns com os outros, contribuiu para a aceitação de opiniões e diferenças. Além disso, a *práxis* produzida possibilitou a conscientização da lógica da produção capitalista que orienta o processo de escolarização e do descaso com sua formação, possibilitando a reflexão contínua sobre a estrutura de poder do Estado e, em particular, do mal funcionamento da Secretaria de Educação.

Considerações Finais

Os conceitos abordados encontram-se articulados de forma muito pertinente na obra de Luxemburgo e permitiram a compreensão do sucesso da tática e resistência empreendidas, mesmo que pontualmente, pelos estudantes secundaristas em 2015. A análise realizada permitiu constatar a presença da *práxis* educativa e de processos de autogestão democráticos nestes movimentos. É válido lembrar também que o movimento secundarista de 2015 contou com duas grandes influências: as jornadas de junho de 2013 e o movimento secundarista chileno de 2011.

O movimento de ocupação das escolas permitiu que constatássemos o potencial, concebido por Luxemburgo, das lutas sociais como momentos de aprendizagem por meio da *práxis* política pública. Além disso, permitiu que vislumbrássemos novos caminhos para o processo de gestão democrática das escolas.

De acordo com Rosa Luxemburgo são em momentos de embate e disputa com o poder vigente que ocorre o entrelaçamento entre teoria e prática. E foi, precisamente, na luta pela derrubada de medidas autoritárias que se forjaram as bases para uma atuação que favorecesse os estudantes. Entretanto, não se trata de uma luta pontual, que estaria deslocada das demais lutas travadas desde a década de 1980, do mesmo modo que não acreditamos que tenha encontrado seu ponto final. O aprendizado proporcionado por esses momentos poderá favorecer os desdobramentos de novos embates e resistências sociais.

Referências

CAMPOS, A. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. **Escolas de Luta**. São Paulo: Veneta, 2016.

HAUG, F. **Sur les traces de Rosa Luxemburg, pour une démocratie par le bas**. Agone, Révolution et Démocratie – Actualité de Rosa Luxemburg, Marseille, n. 59, p. 137-143, fev. 2016.

HOBSBAWM, E. **História do Marxismo, volume 2** – O marxismo na época da Segunda Internacional, parte 01.R.J.: Paz e Terra, 1982

LÖWY, M. **O pensamento de Rosa Luxemburgo**. Blog da boitempo: 2015. Disponível em:

_____. **A atualidade de Rosa Luxemburgo**. [S.l.]: UFMG, 2012. Disponível em: . Acesso em: 2014 Julho 29.

_____. **A centelha se acende na ação: a autoeducação dos trabalhadores no pensamento de Rosa Luxemburgo**. Educação e Filosofia , Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 27-38, janeiro/junho 2014. ISSN ISSN 0102-6801.

LUXEMBURGO, R. **Reforma Revisionismo e Oportunismo**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Reforma social ou revolução. Tradução de Stefan Klein (Alemão)**. [S.l.]: Unesp, v. I, 2011b.

MUHLMANN, D. **Réconcilier marxisme et démocratie**. [S.l.]: Seuil, 2010.

_____. **Du contenu de la démocratie socialiste**. Agone, Marseille, 2016.

ROTOLO, T. **O socialismo democrático segundo Rosa Luxemburgo**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Orientadora: Profa. Dra. Olga Chain Ferez Matos.

TRAGTENBERG, M. **Relações de poder na escola**. Lua Nova, São Paulo, 1, Março 1985. 68-72. Disponível em: . Acesso em: 2019 maio 02.

